

## Escola – Promoção Humana

*Padre Antônio da Silva Ferreira  
In memoriam*

### Introdução ao texto

O intuito da publicação do texto, que poderá ser adiante lido, é render uma homenagem à memória do seu autor, o Padre Antônio da Silva Ferreira, importante intelectual salesiano, sacerdote, professor, acadêmico e historiador, falecido em 06 de outubro de 2013, aos 86 anos. De acordo com a *Agenzia Info Salesiana* (2013), em notas sobre sua biografia, o Padre Antônio Ferreira nasceu em 13 de junho de 1927, em São José do Rio Pardo, São Paulo. Fez a primeira confissão religiosa em 31 de janeiro de 1944, em Pindamonhangaba, São Paulo, e foi ordenado sacerdote no dia 20 de setembro de 1952, na cidade de São Paulo, capital. Destacou-se, em todas as esferas de atuação profissional e pessoal, pela refinada inteligência, cultura filosófica e pedagógica, sensibilidade artístico-musical, profundo sentido religioso e piedade mariana. Graduou-se como bacharel em Teologia, licenciado em Filosofia e Psicologia, laureando-se em Pedagogia pela *Università Pontificia Salesiana*, em Roma.

Foi, juntamente com outros grandes nomes da história salesiana, como dom P. Braidó, dom J. M. Prellezo e dom J. Borrego, um dos sócios fundadores do *Istituto Storico Salesiano* e da *Associazione Cultori di Storia Salesiana*, em 1982. No Brasil colaborou com a fundação da Associação Nacional dos Professores de Administração Escolar. Publicou muitos artigos para o periódico *Ricerche Storiche Salesiane*, a primeira edição crítica da obra “*Memorie dell’Oratorio*”, de Dom Bosco, colaborando também com outras obras relevantes para o estudo do pensamento salesiano, como “*A arte de educar, Escritos e Testemunhos*” (Porto: Edições Salesianas, 2013), “as edições críticas do “*Epistolário de Dom Luiz Lasagna (dois volumes)*”, da “*Cronistoria*”, do mesmo Dom Lasagna (fundador da obra e primeiro Inspetor Salesiano do Brasil), e as *Cartas do P. Miguel Rua aos Salesianos do Uruguai, do Paraguai e do Brasil*”. (AGENZIA INFO SALESIANA, 2013, s/p). Dentre outras publicações de destaque desse profícuo estudioso estão também as obras “*Não basta amar- A pedagogia de Dom Bosco em seus escritos*” e “*Dom Bosco e a Política*”.

O texto “*Escola – Promoção Humana*”, reproduzido integralmente abaixo, está entre os muitos escritos deixados pelo Padre Antônio Ferreira, no campo da Educação. Foi originalmente publicado como um opúsculo de 43 páginas, numa tiragem reduzida, em 1970, como apontamentos para um curso sobre a Didática da Escola Renovada, quando da sua atuação como docente e

também como diretor da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras; berço do atual Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

Apresentando uma linguagem a um só tempo clara e profunda teoricamente, o texto expressa as bases da educação humanista, que caracteriza os princípios da Educação Salesiana. Esperamos que a leitura das ideias do Padre Antônio Ferreira, representadas muito reduzidamente nessa homenagem que a ele ora se presta, estenda o conhecimento de seu pensamento e obra, que revela a sabedoria atemporal dos clássicos.

*A comissão editorial*

## Capítulo I

Escola, promoção humana

### I. O que se entende por promoção humana

1. Após gastar recursos e esforços sem conta em promover a ciência e a tecnologia, o homem começa a compreender cada vez mais que isso não basta. É necessário que tudo seja feito dentro de um contexto: *o da promoção do homem*. Promover o homem é torná-lo senhor de suas ações, juiz do valor dessas; conseguimos tal coisa potenciando sua liberdade.

2. *Liberdade* não é capacidade abstrata. Essencialmente é a capacidade de autodeterminação. Para exercer-se plenamente, ela requer a plena posse e o reto uso dos próprios valores. Expliquemo-nos: teoricamente falando, a natureza humana sempre é capaz de autodeterminação. Na prática, cada um de nós está sujeito a circunstâncias e influências ambientais as mais diversas, que nos condicionam e que temos que levar em conta quando analisamos os motivos de nossas decisões. Nem sempre estas serão livres. Mesmo as que são livres, não gozam do mesmo grau de liberdade. Porquanto, para fazer um ato livre, é necessário ter consciência da ação e de seus motivos, e escolher deliberadamente o que se vai fazer.

3. Atuando em condições objetivas de existência, a liberdade humana requer do homem o domínio das realidades externas. A função libertadora da ciência e da técnica é a de dar ao homem o conhecimento do universo e a maneira de se utilizar das forças e recursos naturais em seu proveito. A mentalidade primitiva estava sujeita às forças naturais. Tudo lhe sabia a mistério, e uma linguagem mística enchia de senhores seu espaço e sua vida. A revelação de Deus criador, que oferece ao domínio do homem todo o universo, veio libertar o homem de seus mitos, e colocá-lo paulatinamente no lugar que lhe competia, tendo a seus pés todas as coisas, na terra e no espaço (Salmos 8, 6). Compreendemos quão longo é o caminho a percorrer para que a humanidade consiga libertar-se da fome, das doenças, e das misérias sem conta que a afligem. Mas sabemos também, e isso nos consola, que o caminho de tal libertação passa pela escola, como criadora e transmissora de saber e de bem.

4. Além do domínio dos acontecimentos, requer-se o senhorio das próprias faculdades e instintos (Pio XII, *Atti e Discorsi*, vol. XIV, p. 66) promove-se a liberdade humana com dar ao homem conhecimento e aceitação das possibilidades e exigências de sua natureza. O desconhecimento do

próprio organismo e dos mecanismos psicológicos que em nós atuam, alia-se à experiência da vida, e faz, na grande maioria dos casos, que as pessoas principiarem a trilhar um caminho que nada constrói e a nada leva, qual o das paixões e dos vícios. Tarefa sumamente libertadora será a de despertar-lhes a consciência para os motivos internos de suas ações, o que lhe trará novas forças e energias no agir.

5. No tocante ao modo de proceder, a melhor promoção humana não é o assistencialismo, isto é, aquela forma de assistência que socorre ao semelhante deixando-o sempre na dependência de outrem para atender às suas necessidades. Promoção humana autêntica é tornar o próximo capaz de resolver por si os seus problemas. Desta forma, o homem se torna aos poucos ator de seu próprio progresso, em conformidade com a natureza que lhe deu o Criador. Às pessoas que se criaram em uma sociedade onde o paternalismo era o ideal dominante, tal concepção de promoção humana é chocante. Parece-lhes que se incentiva a ingratidão quando se quer libertar o homem do regime paternalista, em que o assistencialismo é a tônica da ação social. E lhe dão razão os que empregam palavras e técnicas que criam ou exploram complexos e fomentam o ódio. Já não sucede o mesmo quando, dentro da caridade, gradualmente se vai levando os assistidos a tomarem por si suas decisões, e paulatinamente vai diminuindo a influência que seus promotores exercem nessas decisões.

6. Entendida dessa maneira, a promoção humana é respeitadora da originalidade de cada homem, e se desenvolve não só como ação libertadora, porém, igualmente, como educação criadora. É a promoção obra de colaboração voluntária, participação eficaz de uns e de outros, numa idêntica dignidade, para a construção de um futuro mais humano. É trabalho em que a responsabilidade única não cai sobre quem promove. Esta é partilha, antes, cabe em primeiro lugar a quem é promovido, o qual aceita a mensagem de promoção por vir revestida de solicitude e de amor fraterno.

7. Surge de aí a necessidade de um diálogo constante entre quem promove e quem é promovido. Tal diálogo permitirá verificar o que promover, o como promover e o com que promover. O que promover dependerá das metas a serem atingidas pelo trabalho de promoção. Tais metas, em partes, estão inseridas na natureza mesma de quem é promovido. As leis de seu desenvolvimento, as tendências que nele se vão despertando, são para quem goza de sabedoria, tantas outras setas a indicar o que se pretende alcançar. Por outro lado, a cultura a que se pertence, a sociedade em que se vive, a religião que se pratica, condicionam outras metas às quais não nos podemos furtar, mesmo que almejemos modificar nelas isto ou aquilo. O como promover, é a aplicação dos estudos de metodologia. Em parte nos dedicaremos a eles durante este trabalho. Sempre válido é o princípio de valorização, isto é, quem é promovido deve ter como um valor para si aquilo que lhe é apresentado como meta da promoção. E o com que promover, são os recursos de que se virá dispor, sendo que, muitas vezes, os mais simples e comezinhos serão os mais eficazes.

## **II. A escola como obra de promoção**

Entendida assim, a obra de promoção humana, vemos que a escola só poderá ser verdadeiramente tal se for instrumento de promoção. Hoje, no entanto, especialmente no estado de São Paulo, estamos algo desorientados com a introdução do conceito de promoção humana na base

mesma da organização escolar. Vejamos o que seja uma escola com caráter seletivo; há de ajudar-nos a entender a nova escola que começa a surgir: a escola como obra de promoção.

8. A escola a que estamos acostumados é seletiva. As gerações adultas preestabelecem, predeterminam formas de agir e de se comportar, pelas quais se devem pautar as novas gerações. Estabelecem então os padrões de aprovação e de reprovação. Quem atingir aqueles padrões é aprovado. Quem não os alcançam é reprovado; deve novamente tentar assimilá-los, para submeter-se ao julgamento que o declara aprovado ou reprovado. A escola é conservadora dos padrões estabelecidos, e promove sua permanência no grupo social. Não estamos criticando, estamos apenas fazendo uma exposição objetiva. Com isso, promove-se uma seleção de valores. Os de menor capacidade vão ficando para trás, e o sistema educacional se estabelece como uma pirâmide, em que a altura representa simultaneamente anos de estudo e nível superior de estudos. A mortalidade escolar é a consequência intrínseca ao sistema, e não apenas um fruto da seleção natural. E por mais que nós nos esforcemos por corrigi-las, a natureza seletiva da escola faz com que cem comecem, e apenas dez, ou vinte, ou dois, ou um, ou nem mesmo isso, cheguem ao final do processo educativo.

9. A nova escola não quer ser nada disto. Antes de mais nada quer ser um ambiente de trabalho, em que as antigas gerações transmitem às novas a herança cultural. As novas gerações trabalham *sobre essa herança*, para assimilá-la e transformá-la, de molde a construir uma realidade nova, que serão suas personalidades jovens e do mundo em que vão viver. O trabalho não consiste na cópia dos antigos padrões: procura-se a criação dos próprios padrões de vida e comportamento, dentro do ambiente criado pela herança cultural. Esclarecemos um pouco mais este ponto. Os padrões da geração adulta não são padrões de aprovação ou reprovação. Também não se quer sejam eles simplesmente introjetados na psique das novas gerações, convertendo-se em incômodos superegos. Muito menos se deseja sua rejeição pura e simples, por se tratar de padrões de geração adulta. Almeja a nova escola que os padrões de conduta nasçam de uma consciência pura e esclarecida, que autenticamente os faça seus, de modo que, por quanto possível, seja o homem capaz de dar razão de sua maneira de operar. Neste trabalho, os padrões da geração adulta funcionam como exemplos a influir nas jovens gerações. Não se trata de sujeitar-se àquilo que é imposto para não ser reprovado. Mas sim de uma causa exemplar a ser seguida: experimentai e vede, e isso vos trará a felicidade.

10. No tocante aos conhecimentos e às técnicas, cabe-nos observar quanto segue: não se pensa nos resultados do trabalho do aluno em termos de aprovado ou reprovado, mas em termos de muito ou pouco aproveitamento. Como na parábola dos talentos (cfr Evangelho de S. Mateus), exige-se muito de quem muito pode dar, e pouco de quem tem menos. Igualmente não há mérito maior ou menor quanto ao tipo de estudo ou trabalho. Enquanto operação de pessoas humanas, todos os tipos de trabalho e de estudo são igualmente dignos, embora nossa mentalidade pouco cristã, instintivamente, se recuse a aceitar tal coisa. Mais ainda, não há por que gloriar-se em ir depressa na aprendizagem: é apenas sua obrigação. Ou por que entristecer-se quando se aprende com lentidão, apesar do muito esforço empregado: não é mais que sua natural condição. Vergonha, sim, é ser capaz de aprender muito, e aprender pouco, e tão mal...

11. O ideal do sistema educacional não é a pirâmide, mas o cilindro, de infinitas faces, e onde os que principiam são os que terminam; seu eixo representa anos de estudo, mas não exclusivamente nível superior de conhecimentos. Simplesmente estudos que se vão fazendo uns após os outros. Na realidade, dada a seleção natural, e a exigência que os estudos ulteriores vão fazendo da base dos

estudos anteriores, conseguiremos apenas transformar a pirâmide em cone truncado, cuja base menor, esperamos, se alargará cada vez mais.

12. Finalmente, como obra de promoção humana, a escola deve dar aos seus alunos a consciência social. É a comunidade que cresce neles e por eles. Ela lhes fornece recursos e meios para se desenvolverem. Deles recebe novo incremento para crescer e se aperfeiçoar sempre mais. Promovidos por obra de seus pais, mestres e colegas, todos devem por sua vez pensar em promover a outros. Isso é ser grato. Isso é saber retribuir o bem que se recebeu: fazendo com que inúmeros outros venham a participar do mesmo bem.

## Capítulo II

### Individualização do ensino

1. Entendida dessa maneira, a tarefa da educação se apresenta como algo de árduo e difícil, que se dirige à pessoa do educando, e não a uma média abstrata que chamamos “o bom aluno”. À necessidade de individualizar o trabalho educativo surge de várias contestações. É fundamental o fato de sermos todos diferentes, e não uma série monótona de autômatos ou manequins idênticos. Diferentes em nossa bagagem genética, diferentes em nossa educação da primeira infância, diferentes nas várias circunstâncias de nossa vida. Por qual motivo a educação escolar deveria levar em consideração apenas aquilo que temos de igual, esquecendo-se do que os é original, e, portanto, diferentes?

2. Um sistema de educação diferenciado, apto a atingir as várias diversidades dos alunos, seria mais realista e mais justo. Analisemos muitas das aulas que damos. São aulas de “faz-de-conta”. Preparamos nossa aula fazendo de conta que nossos alunos são iguais. Expomos a matéria de uma só maneira para todos, e admiramo-nos que alguém não entenda a explicação, quando aos demais ela pareceu tão clara. Impacientamo-nos porque a alguns custa acompanhar a classe, ou porque outros se apressam, querendo ir adiante, quando ainda sentimos necessidade de explicar aquele ponto. E as normas disciplinares? – Você não é melhor do que os outros! Não nasceu com estrela na testa! Por que não faz como todos os outros? São tantas frases contraditórias, a cujo conteúdo aderimos quando adotamos uma disciplina rígida, “imparcial”, igual para todos. Ainda bem que o bom senso às vezes nos obriga a recuar de nossa imparcialidade. Para acudir a casos “excepcionais”.

3. Mas serão excepcionais esses casos? Ou pelo contrário, deixa de existir uma regra inflexível? Ou as normas apenas têm apenas valor estatístico, capaz de orientar a maioria dos casos, mas necessitadas constantemente de reparos? São questões candentes e apaixonantes, cuja solução cabal o leitor procurará nos textos de História da Filosofia. Quanto a nós, não chegamos aos exageros de Iasnaia-Poliana ou de Odenwald, mas nem por isso aprovamos a tentativa de alguns educadores de reeditar o leito de Procuste. Voltemos à natureza! Tiremos os óculos coloridos das lições pedagógicas e das ideologias e olhemos à nossa volta. Veremos rostos diferentes, através dos quais se comunicam almas diferentes, com repercussões diferentes. Conheçamos nossos alunos e nossos filhos como eles realmente são, e não como quereríamos que fossem, ou como aprendemos nos livros de Psicologia. Amemos nossas crianças e nossos jovens, e os acatemos como eles são. Só assim poderemos educá-los.

4. O conhecimento do educando que se quer promover é o primeiro requisito para sua promoção. O estudo de suas necessidades profundas, das causas que dão origem a seus problemas e de como se processa seu desenvolvimento pessoal, assegura ao educador atuação eficaz. Hão de ser selecionados processos e técnicas para tal estudo, os quais, devidamente utilizados, proporcionam informações úteis. Uma vez coletadas, sistematizadas e interpretadas, elas servirão grandemente ao conhecimento do educando. A FICHA é o elemento mais utilizado para coletar e sistematizar dados. Fichas que sejam funcionais, adaptadas às necessidades do educador, e que este modifique de acordo com o resultado de sua experiência.

5. Vários tipos de fichas são propostos: ficha cumulativa, de matrícula, ficha de casos, ficha de turma, etc. a. Ficha Cumulativa: reúne os dados pessoais do educando e de sua família- sua vida escolar- os testes realizados com ele (só nome e data do teste) – seus interesses, tendências e aptidões – sua participação nas várias atividades da escola- exames médicos- orientação vocacional- grua de receptividade do aconselhamento, por parte do aluno e de sua família- acompanhamento do educando; b. ficha de matrícula: contém os dados que permitem a identificação do educando; ficha de caso: é confidencial. Do aluno com problemas registra-se a descrição do caso, os ambientes em que vive, sua problemática, a conclusão do diagnóstico e do aconselhamento, as técnicas utilizadas. Em lugar do nome do aluno haverá um código; d. Ficha de turma: também é confidencial. Contém as informações que o educador conseguir coletar sobre determinado grupo de educandos e de seus componentes.

6. O outro requisito é a flexibilidade de método, sua capacidade de adaptação ao aluno nos objetivos, nas técnicas, nos recursos e meios. Quanto a este ponto, individualização é uma qualidade de método. As qualidades admitem graus. Há métodos mais e menos individualizados. Diríamos que começa a existir individualização no exato momento em que o educador se lembra que seus alunos são diferentes, e procura adaptar a eles sua obra educativa. Para saber se está em bom caminho, começará a sondar as reações positivas ou negativas de seus alunos. E nas aulas, estará frequentemente a interrogá-lo para ver se estão acompanhando a exposição, entendendo as explicações e assimilando os conteúdos. A individualização pode progredir paulatinamente, sem nunca, porém, transformar o ensino em aulas individuais. Individualização não é aula particular. É ensino coletivo, mas adaptado a cada um. Historicamente atingiu seu ideal mais alto quando se propôs a escola sob medida.

7. Não podemos deixar de lembrar a urgência de se individualizarem as motivações do trabalho educativo. Cada personalidade tem suas necessidades e tendências básicas, que facilitam a motivação. É claro que será ineficiente qualquer incentivo externo que não corresponda por nada a essas necessidades e tendências. Acharmos urgente a tarefa de individualizar a motivação, por várias razões: primeira, o desinteresse que por aí anda nas salas de aula. Depois, em um sistema promocional, como o que se quer implantar, nada funcionará a contento, se vier a faltar o interesse da parte dos alunos. Finalmente, desculpem os colegas, mas, a começar pelo autor, o despreparo é geral neste campo, e urge que nos qualifiquemos na arte de motivar, se pretendemos realmente promover a pessoa humana de nossos alunos.

8. Não esqueçamos ainda de que a individualização do trabalho educativo da escola só é possível com a participação do aluno pela qual ele se torna sujeito do mesmo trabalho. Essa participação não é algo de superficial e de mecânico. Começa na comunhão existencial do ser que existe entre o

aluno e a escola. Ambos não podem ser mutuamente estranhos, uma vez que suas existências se interpenetram e se completam. Para o aluno a escola é algo de indispensável em sua vida. Faz e fará sempre parte imorredoura de sua existência, não apenas como recordação, mas como vida, uma vez que foi por ela que o aluno cresceu e amadureceu, e se fez homem. Para a escola, o aluno não é tudo, mas é sempre uma das principais razões de sua existência. Sem alunos a escola é vazia, triste, quase sem sentido. A participação se estende, depois à determinação dos objetivos a serem alcançados, pois eles serão a vida do aluno. Alcançará também a metodologia, o controle e demais aspectos da vida escolar, aumentando na medida em que aumentar a capacidade de o aluno assumir novas responsabilidades.

### Capítulo III

#### Algumas técnicas de individualização:

##### Classes homogêneas

1. Historicamente, as classes homogêneas talvez não sejam o primeiro passo na individualização. Tecnicamente, porém, temos que reconhecer que é a forma mais fácil de se introduzir e de ser aceita, apesar de suas deficiências. O princípio que rege a homogeneização das classes é extremamente simples: embora sejamos todos diferentes, há aspectos em que nos assemelhamos bastante. A constituição física, a idade, os interesses, o grau de inteligência, etc, nos reúnem em categorias e em tipos. Ora, tecnicamente é bem mais fácil atender a tipos e categorias do que a indivíduos. Pelo que procura-se reunir esses tipos e categorias em uma mesma sala de aula, em classes, e também em grupos homogêneos.

2. Normalmente, começa-se tal trabalho em um colégio, utilizando o critério de inteligência. É imperfeito, mas é facilmente aceito. É indispensável convencer às famílias dos alunos de que não se deve dar um juízo de valor moral ao grau de inteligência, mas apenas um valor operativo. A seguinte comparação tem sido compreendida sem dificuldade: na rua Direita, em São Paulo, transitam todos os dias milhares de pessoas. Umas vão rapidamente, sem parar por nada. Outras já vão mais lentamente, mas igualmente não param. Quem está a olhar as vitrines, quem a entrar e sair das lojas, em busca de artigos a comprar. Nesse vai e vem, todos caminham diversamente e de per si, não há mérito ou demérito nesse caminhar. O mesmo ocorre na estrada da vida, quanto ao grau e ao tipo de inteligência. Não há mérito ou demérito em ir depressa ou devagar, na compreensão dos assuntos. O verdadeiro valor do homem está em outras coisas.

3. Com os professores, o cuidado é que realmente diversifiquem o ensino nos programas, nas técnicas, na verificação. Os programas serão os mesmos para as mesmas disciplinas. Tratados, porém, em profundidade diferente. Teremos assim um programa máximo, um médio e um mínimo. O mínimo é aquele que, no contexto cultural, se torna necessário para todos os alunos. Antigamente, os livros eram raros, e as fontes de consulta de difícil acesso. Impunha-se então utilizar ao máximo esse admirável arquivo que é a memória do homem, dando-lhe muitos conteúdos. Hoje, os livros abundam, e os meios de informação se colocam cada dia mais ao alcance de todos. É assim muito mais importante formar o aluno no emprego das fontes de informação e na crítica das mesmas, do que exigir dele vastos conteúdos. Quem não vê, só para citar um exemplo, a revolução que as máquinas de calcular estão introduzindo no ensino? Fórmulas que simplificavam os cálculos e complicavam a memorização, passam a ser obsoletas, simplesmente porque a máquina

faz tudo sem aquelas fórmulas, e permite novas fórmulas e novos desenvolvimentos, que, de aqui a dez ou trinta anos, ficarão obsoletos. Diante dessa revolução, que vai atingindo todos os ramos de ensino, não há por que não admitir graduação de programas.

4. Muito mais importante que a diversificação de programas é a diversificação de técnicas. Coma as classes fracas, a de se empregar uma técnica muito objetiva, trocando bem em miúdo, todas as coisas, com muitos exercícios práticos e constante aplicação das noções e técnicas, aprendidas mais por intuição e imitação do que pelo raciocínio. Para as classes médias, não há recomendações especiais. Procure-se sempre melhorar a qualidade do ensino. Quanto às classes fortes, exigir muito. O ensino não poderá ser mais abstrato; o nível das explicações mais elevado; o volume de conhecimentos mais alentado e as técnicas mais racionalizadas em sua aprendizagem. Basta que os Professores se descuidem dessa diversificação de método, para que o resultado de uma experiência bem iniciada seja calamitoso. Foi o que notamos em dois colégios distintos. No ginásio São Joaquim de Lorena, a experiência de classes homogêneas realizada em 1956, deu ótimos resultados. Houve real diversificação das técnicas. Mais convincente o resultado obtido com a mesma experiência, planejada e conduzida pelos mesmos técnicos, anos depois, no Liceu Coração de Jesus, em São Paulo. No período da manhã, os resultados foram comparáveis aos obtidos em Lorena. No período da tarde, o resultado foi muito ruim com as classes fracas. O principal fator da falta de êxito foi a não diversificação das técnicas. No período da manhã, os professores tinham percebido logo a importância da recomendação dos técnicos; no dizer de um dos docentes, tinham que dar “aulas diferentes”, com o mesmo programa.

5. Também a verificação da aprendizagem tem que ser feita de maneira diversa. É nesse ponto que se apresentam as maiores objeções à diversificação de programas. Como pode a escola, deliberadamente, permitir que os alunos saiam sabendo uns mais do que os outros? Postemo-nos à porta das escolas no último dia escolar. Sem dificuldade verificaremos que os alunos, apesar do programa idêntico, das técnicas idênticas, da verificação idêntica, saem sabendo uns menos do que os outros. E estão aprovados!... Por que continuar com uma escola de “faz de conta”?

6. Há também cuidados relativos aos alunos. Se constituirmos classes fortes, médias e fracas quanto aos estudos, temos que evitar os complexos de superioridade dos fortes e de inferioridade dos fracos. Alguns expedientes ajudam: - Mudar, ano por ano, a denominação das novas turmas. Se no ano anterior a turma A foi fraca, neste ano a nova turma A será média ou forte. Assim, evitam-se as comparações. - Prestigiar, também, o mais que se pode, as classes fracas no que têm de bom. No Liceu Coração de Jesus, uma classe fraca era muito interessada em Educação Física. Foi bem cuidada pelo respectivo professor, e inclusive escolhida para a demonstração selecionada em festas. Outra andou muito bem enquanto o professor ia fazendo dela uma comunidade autêntica. A amizade, a união, davam à classe sentimento de segurança. Pena que a admissão de um lobo, com pele de ovelha, tirou à classe, no final do ano, aquilo que a tinha feito progredir o ano todo. - Evitar, a todo curso, qualquer referência menos elogiosa às classes de inteligência mais lenta ou mais concreta. - Cuidar também do número dos alunos. Uma classe fraca não deve passar dos trinta ou trinta e cinco alunos. Os cuidados que exigem os alunos bem dotados, também não recomendam classes excessivamente numerosas. As classes médias, poderão ater-se à nossa legislação de quarenta alunos por classe.

7. Seria um erro pensar que unicamente as classes fracas serão problemáticas. A educação dos bens dotados merece igualmente grandes cuidados, uma vez que a maioria dos líderes da sociedade vai sair do seu meio. São os que receberam oito ou dez talentos. Se não forem forçados a lucrar oito ou dez talentos, hão de contentar-se com quatro ou cinco, caindo na preguiça e instalando-se no comodismo. O primeiro cuidado na educação dos bem dotados, é, pois, despertar neles o ideal de uma vida nobre, consagrada ao bem do próximo em algo construtivo. Essa categoria de alunos requer que a escola ponha à sua disposição uma gama muito vasta de interesses aos quais eles se possam dedicar. E por sua vez os deve estimular a assumir o maior número de atividades criativas que for compatível com um bom proveito de seus estudos, sem cair no defeito de uma dispersão prejudicial. Em lugar de jovens vazios, que vão buscar no vício e no crime uma evasão para suas vidas, teremos então jovens ardorosos, idealistas, que nos darão um pouco de trabalho, mas trabalho abençoado, de quem edifica um futuro melhor.

8. Após uma no de classe homogêneas, pelo critério de inteligência, o ambiente estará suficientemente conscientizado da necessidade de corrigir este critério com outros critérios. Ainda no plano intelectual, acha-se natural que se leve em consideração também o aproveitamento escolar do aluno. Muitas vezes um aluno que pareceu medíocre nos testes de inteligência, pelo seu esforço e aplicação pode desenvolver-se melhor em outra classe, de diverso tipo intelectual.

9. Aos poucos, se vai compreendendo também que a necessidade de orientar-se também por critérios não intelectuais, como seja não reunir em uma mesma classe alunos cuja idade seja muito diferente, e ainda, congregar em uma mesma classe alunos que têm os mesmos gostos e interesses. A este respeito, é incrível como ainda não abrimos os olhos para coisas elementares. Nenhum de nós vai à *Alliance Française* ou a um Instituto de Cultura Russa para aprender francês ou russo, se não está interessado em conhecer essa língua. No entanto, os pobres professores de língua têm que suportar dezenas e centenas de alunos que nada mais querem saber do idioma que ensinam, e que não têm as condições mínimas ambientais para estudar aquela língua. Esquecidos do espírito da educação liberal, agarramo-nos de tal modo aos resquícios de sua estrutura curricular que a ousada decisão do Conselho Federal de Educação em permitir currículos paralelos na mesma escola foi tão entendida pelos educadores brasileiros como um discurso em chinês. Uma tímida proposta de uma comissão de reforma, permitia às escolas continuar a impor a língua moderna ou clássica, mas que as obrigava a reclassificar os alunos, ano por ano, mediante seu adiantamento na aprendizagem da língua em questão. Tal proposta aparecer à opinião pública uma aberração tão grande, que a estas horas já está bem guardada em volumosas atas, que ficarão na história...

10. Certo de que o caminho das classes homogêneas não termina no estéril intelectualismo em que a crítica da primeira metade do século XX tentou confiná-lo. Ele desemboca na técnica dos grupos homogêneos, revolucionando toda a organização da escola. Grupos homogêneos, mas não fixos, que se compõem diversamente para as diversas matérias e atividades escolares, dando à escola uma feição nova, menos de museu, mais de vida, menos de passado, mais de futuro: menos de didático, mais de humano e cristão.

11. A técnica dos grupos homogêneos exige grane participação do aluno na escola do currículo a ser cursado. Pequena nas primeiras classes do primário, essa participação irá crescendo paulatinamente até a Universidade. Há disciplinas e atividades que forçosamente deverão ser cursadas por todos. São obrigatórias. Há outras que serão cursadas por aqueles a quem interessam. São as optativas.

Optativas para o aluno, não para a escola. Esta, na medida de seu amadurecimento e de seus recursos, oferecerá uma gama sempre maior de opções. Os alunos selecionarão suas optativas desta relação de matérias e atividades, respeitadas, é claro, as condições mínimas de número de candidatos para o funcionamento de uma opção. É a lei natural da oferta e da procura. Recomendamos a esse respeito a leitura das obras de Carleton Wasburne. Embora possamos não concordar com o excessivo tecnicismo e utilitarismo do autor, julgamos útil tal leitura, pelo menos da obra “A Living Philosophy of Education”. Há de desinstalar-nos de nossa autossuficiência e comodismo, levando-nos a cuidar mais da participação de nossos alunos em seu trabalho formativo.

## Capítulo IV

### Algumas técnicas de individualização

#### Classes de recuperação

1. Na atual reforma de ensino, uma das chaves do êxito são as classes de recuperação. Para entendermos a sua filosofia, pensemos na atuação de um aluno reprovado no sistema atual. Ele já passou um ano ouvindo as aulas e estudando aquela disciplina. Por motivos vários, não conseguiu aprovação. Deverá voltar a ouvir as mesmas aulas, dadas da mesma maneira, muitas vezes pelo mesmo professor, sem nada que seja especialmente adaptado à sua situação de aprovado. Enfada-se, perde tempo, e, na maioria das vezes, constitui um aluno problema. As classes de recuperação visam atender ao reprovado de maneira especial. Tal atendimento deve partir de alguns pontos básicos para se fazer plenamente eficaz: a. Qual o motivo da reprovação do aluno?; B. qual a motivação que o atinge?; C. Como aprende ele? e D. Quais os pontos do programa que já possui bem, e em quais está especialmente fraco? Somente após nos termos informado sobre tais pontos é que nos é possível começar a trabalhar nas recuperações de um reprovado.

2. Motivos da reprovação do aluno. São vários. Podemos citar: a. Problemas familiares- na escola primária, um dos fatores primordiais que condicionam a reprovação é a situação econômica da família. Pesquisas realizadas em Lorena e Cachoeira Paulista pelo Centro Salesiano de Estudos e Pesquisas Educacionais, da Faculdade Salesiana de Lorena, revelaram que a quase totalidade dos reprovados pertenciam à classe pobre. Na escola média, não dispomos no momento de dados brasileiros. É impressionante, porém, a correlação entre alunos com problemas familiares e alunos com resultados escolares deficientes. Desentendimentos entre os pais, maus tratos e outras situações influem de maneira extremamente negativa sobre o resultado escolar, uma vez que geram indecisão, insegurança e nervosismo nos filhos. Os diretores de escola constataam cada dia a resistência que fazem os pais a comparecer quando chamados para resolver os problemas dos filhos. Em diversos casos, encontra-se um verdadeiro complexo de culpa em pais que se sentem responsáveis pelos problemas dos filhos. Digno de nota é também o caso daquele pai para quem o êxito do filho representava a realização máxima de sua virilidade. O fato de este não ir como desejava, gerou no pai tal frustração, que preferiu ignorar a vida escolar do filho, recusando-se formal e sistematicamente a comparecer à escola. Evidentemente, tal proceder nem melhorou o filho, nem permitiu a reação do pai. Curioso o fato de outro aluno, que repetia pela terceira vez a primeira série. O levantamento de sua situação familiar revelou a média de mais de duas pessoas por cômodo em sua casa. Aventada a hipótese de que nunca podia estudar sozinho, e confirmada tal hipótese pela entrevista, foi convidado a estudar no colégio. De aí por diante, não mais foi reprovado.

b. Inteligência não adequada àquele tipo de estudo – a tradição da educação acadêmica ainda é forte entre nós. Ela faz com que as famílias insistam em manter nos ginásios acadêmicos alunos cujo nível de inteligência não dá para esse tipo de estudos. Outras vezes é o interesse do aluno que seria melhor atendido em outro tipo de currículo. Realizando pesquisa sobre alunos na escola elementar, apontados pelos professores como extremamente retardados, Mc Gehee verificou que 24% desses alunos possuíam inteligência normal, dependendo o atraso de outros fatores.

c. Falta de base nos estudos anteriores – Tal fato pode ocorrer pro vários motivos. A escola de faz-de-conta, com sua média mínima para aprovar o aluno, muitas vezes aprova alunos que não sabem pontos essenciais da disciplina. Uma reforma, também ela faz-de-conta, que ao apagar das luzes do ano letivo exige dos professores que aprovem seus alunos sem lhes ter dado antes os instrumentos necessários para o novo tipo de trabalho que devem exercer, às vezes também é responsável por alunos que se “promovem” sem base. Com frequência chegam à primeira série do ginásio alunos que ainda não estão alfabetizados. É um ponto a ser visto com cuidado pelos mestres.

d. Deficiências orgânicas dos alunos- alunos com saúde deficiente faltam com frequência à escola, vindo a ser prejudicados. Surdez, amígdalas, adenoides, dentes descuidados, também são responsáveis pelo mau aproveitamento nos estudos. Sem falar de retardamento no desenvolvimento, provocado por deficiências endócrinas ou subalimentação.

e. Timidez excessiva, agressividade incontrolada, nervosismo e outras características do caráter do aluno. O aluno tímido receia fazer perguntas e importunar o professor com pedidos de explicação. O aluno agressivo cria frequentemente problemas, indis põe-se com os colegas, os mestres e a escola. Muitas vezes, com gestos precipitados, corta a relação educativa que deve existir entre eles e seus educadores. O aluno nervoso, perturba-se diante das dificuldades escolares, agita-se, torna-se incapaz de pensar, de resolver suas dificuldades. E que dizer do aluno “preguiçoso”, do aluno falso, do aluno mexeriqueiro, etc? São tantos aspectos que o mestre deve conhecer do caráter de seus alunos. A constituição das classes de recuperação, vem assim precedida de um estudo diagnóstico dos alunos, para podermos trabalhar com eles.

3. A classe de recuperação não é uma classe de ensino para normais. Seu objetivo não é fazer com que seus alunos continuem nela sempre. Obedecendo a uma ideia exata de promoção humana, o escopo dessas classes é tornar os alunos capazes de voltar a estudar em classes normais, com os outros alunos. Têm, porém, algumas normas especiais em sua organização: a. reúne alunos com situações e deficiências semelhantes, a fim de poder atendê-los convenientemente; b. o número de alunos é reduzido. Vinte e cinco alunos é o máximo que podemos exigir de um professor, nessas condições. Conforme as deficiências, temos que baixar tal número a bem menos: dez, ou doze, ou nem mesmo isso; c. os métodos são especializados. Mais que ensinar, trata-se de corrigir os resultados de um ensino mal dado ou mal assimilado. Verificação das deficiências, criação e aplicação de técnicas adequadas a corrigir o caso, reforço da aprendizagem correta e sua fixação, são as grandes linhas do método. Nas classes de recuperação, o ensino deve ser levado por métodos relativamente simples. Processos ricos em associações criam confusão e atraso. O ensino visa a praticidade e procura ir logo ao que deseja, sem preâmbulos e divagações; d. embora os estudos sobre a adequação de programas tenham dado muito pouco resultado, podemos afirmar que as noções ministradas devem ser reunidas em unidades curtas, com razoável quantidade de repetições e exercícios para fixar e dar o laço de continuidade. Ensine-se uma técnica por vez, e se insista

muito em sua prática. Evidentemente, o professor se deve estender mais nos pontos em que o aluno está mais fraco, estudando os demais pontos com maior ligeireza; e. Ambiente de alegria, de bem estar, de aceitação, reinem nessas classes a compreensão e o auxílio mútuo. Os alunos devem sentir-se bem, em um clima, em um clima de otimismo, a fim conseguir quanto deles se espera e f. o corpo docente deve reunir-se semanalmente para fazer o levantamento do andamento da classe, bem para o acompanhamento de cada aluno que esteja necessitado de cuidados especiais. Tais reuniões de coordenação são extremamente importantes. Vindo a faltar, de pouco ou nada adiantariam as outras medidas acima citadas.

4. Deveriam as classes de recuperação evoluir no sentido de não serem meros instrumentos de remédio das reprovações, mas meio de preveni-las. Como dizia um orientador aos professores “Se podemos promover um aluno em junho, porque vamos reprová-lo em dezembro?”. Isto é, se podemos instituir classes que mês por mês vão recuperando as deficiências dos alunos, para que contentar-se em instituí-las para os repetentes? Nunca entendemos os escrúpulos legais de quem proibiu os colégios de promover a recuperação dos alunos com segunda época, no mês de dezembro, e mediante classes e aulas especiais. Como ainda não nos conformamos com a reprovação de um aluno, que deve repetir o ano por um décimo apenas em sua média, quando bastava um estudo aprofundado de alguns tópicos da disciplina, por uma semana, e intensamente, para que ele resolvesse seu problema. Falamos sempre que somos um país subdesenvolvido. E depois jogamos um ano de vida de inúmeros alunos pela janela afora, como se o homem não fosse o capital mais precioso e mais escasso de que dispomos.

## Capítulo V

### **Algumas técnicas de individualização.**

#### **A individualização programada.**

A individualização programada recolhe em si largos anos de prática na individualização do ensino, procurando deles retirar o que há de melhor. Com o cenário em que surge, encontramos as máquinas de ensinar de Pressey, a instrução programada de Skinner, a escola laboratório de Dalton, as escolas de Winnetka, e até os passos formais de Herbart.

1. Princípios da individualização programada. A aquisição da cultura é uma experiência de enorme importância, e a escola não pode ignorar este aspecto de experiência de que a aprendizagem se reveste. Tal experiência deve se desenvolver em ambiente tal que o aluno possa viver sua vida de criança ou de adolescente plena natural e alegre. Somente é possível tal coisa em uma comunidade que aceite em cada um de seus membros a liberdade de se desenvolver de maneira pessoal e, portanto, própria.

2. Cada aluno tem o direito de adquirir os conhecimentos, atitudes e habilidades que, provavelmente, vão lhe ser úteis na vida. Mais ainda, tem o direito e o dever de se expandir ao máximo em sua formação. Uma personalidade rica não pode ficar mutilada em seu desenvolvimento, por um currículo inadequado (cfr A. S. Ferreira: A Educação das Massas, em Folhas Pedagógicas, n. 15).

3. A criança tem um excesso de energia que deve gastar em atividades diárias. O importante é canalizar este excesso de energia para o desenvolvimento das atividades escolares. O aluno normal possui curiosidade inata, e deseja aprender sempre algo de novo, desde que lhe interesse. O segredo

do ensino é, pois, que os alunos queiram vir à escola. Vários expedientes são empregados para conseguir tal objetivo.

3.1. Introdução de um ritmo individual na aprendizagem, diverso para cada aluno quanto à velocidade, à profundidade, e às modalidades de ensino. O aluno recebe um programa, mais ou menos exigente, de acordo com sua capacidade. Poderá, inclusive, tentar um programa que se julga não condizente com ele, desde que seja leal no voltar atrás ou fazer outro programa, no caso de não dar conta do que assumiu, ou de realizá-lo com demasiada facilidade.

3.2. O aluno controla por si mesmo a quantidade de informações que pode assimilar dentro de determinado período de tempo. E o consegue sem dificuldade, pois as verificações de aprendizagem não são feitas ao final do bimestre, mas imediatamente após a conclusão de uma unidade, que poderá ser muito curta, como na instrução programada, ou um assunto completo, com nas outras técnicas. A grande contribuição de Skinner para a individualização foi justamente a do aproveitamento da lei do efeito para reforço da aprendizagem. O aluno, ao completar pequenas unidades da matéria, já vai verificando seu aprendizado, e, assim, nos casos positivos, obtendo efeitos satisfatórios constantes deverá, ao menos na teoria, ir aumentando a motivação de aprender. O professor estará atento aos casos em que tal fato não se dê, mas os alunos se sintam antes desestimulados pela facilidade do processo de aprender.

3.3. Revisão e articulação funcional dos programas. Uma das perguntas mais comuns de nossos alunos, diante do que ensinamos, é essa: Para que estudar isto? Para que serve? Embora tal pergunta nem sempre se justifique, é forçoso reconhecer que se impõe um repensamento total dos programas. As normas para sua reelaboração não são simples. Temos que deixar de lado tudo que é inútil e superado em nossos programas. Como exemplo: não precisamos mais provar que a Terra é redonda. Todo o mundo sabe, e se não sabe, basta dizer que é, e mostrar suas fotografias, tiradas a partir do espaço. A questão agora é algo diferente, ou seja: explicar às crianças o como sucedem as coisas na superfície de um corpo redondo como a Terra. Os navios que somem no horizonte, o próprio horizonte circular, assumem então nova função e novo interesse. E que dizer das regras de ortografia, que ignoram a estatística? Por que acentuar palavras de uso corrente, quando sua homógrafa não atinge nem 1 por mil dos casos? Acresce que ignoramos o conteúdo cultural que está em uso corrente na sociedade e no tempo em que vivemos, e isso concorre para tornar nossos programas abstratos e desinteressantes.

3.4. O conteúdo que vai ser ensinado, deve ser reexaminado também em suas particularidades. Dizer que um aluno da primeira série do ginásial deve saber dividir bem, é muito fácil, mas muito genérico. Que tipo de divisor se impõe? Que tipo de dividendo? Qual a velocidade média da operação? E com 100% de exatidão! Se os instrutores de motoristas de auto tivessem as normas genéricas, que têm nossos mestres, os acidentes automobilísticos aconteceriam em tal proporção, que ninguém sairia às ruas sem um seguro de vida. A diferença é que na escola os acidentes vêm a longo prazo... e nem sempre são fatais.

3.5. Estabelecer para cada matéria um programa mínimo fundamental e essencial, que deve ser possuído inteiramente, e um programa de desenvolvimento para quem tem gosto pela matéria e nela se deseja aperfeiçoar. Evidentemente tudo isto requer uma equipe de pesquisadores que estude, faça levantamentos, pensem sobre os problemas que surgem, e pese as consequências de quanto vai decidir. Exige também reuniões constantes e frequentes de professores das mesmas disciplinas ou

áreas, a fim de ir estabelecendo o que convém a um ou a outro programa e o como executá-lo. E não se trata só de conteúdos, mas também de determinar a idade em que 80% dos alunos aprende sem dificuldade aquele conteúdo. Quanto benefício não trará ao ensino no Brasil aquela Faculdade ou Universidade que nos presentear com semelhante pesquisa. Custará muito, mas valerá a pena!

4. Re pensamento do método que deve ser seguido na individualização programada. Aproveitemos algumas noções de Dalton e Winnetka, sem esquecer a instrução programada: a. nas disciplinas instrumentais, buscar a automatização das técnicas, a tal ponto que delas o aluno use com tal naturalidade, como se nunca as tivesse aprendido, mas nascido com elas. b. nas disciplinas de conteúdo, dividir o conteúdo em seus elementos mais simples, e com um encadeamento lógico e suave entre eles. As unidades assim estabelecidas, ou doses, devem ser tão pequenas que o aluno dificilmente possa acumular erros. Por outro lado, o conhecimento do resultado certo ou errado é dado imediatamente ao aluno. Se o erro for acidental, basta seu simples conhecimento e a correção imediata, feita pelo aluno, que fixará a resposta certa. Se o erro for sistemático, é necessário um processo corretivo. Por isso, quem prepara os textos para a individualização, deve estar em condições de indicar quando o erro é sistemático e remeter o aluno aos exercícios corretivos correspondentes, para a devida cura didática. Compreendemos que aqui também se abre um campo vastíssimo para as Faculdades e Universidades. c. Após o término de uma unidade, ou assunto completo, deve haver um questionário de controle, por parte do aluno, que o leve a rever todo o assunto, garantindo a unidade, a profundidade de compreensão do mesmo. Não se trata de papaguear respostas curtas. É necessário saber aplicar o que se aprendeu. Igualmente se põe algo de semelhante para as técnicas instrumentais. O aluno que, ao fazer a revisão, se julgar com aproveitamento pleno, apresentar-se-à ao professor para submeter-se ao controle do mesmo, e, uma vez obtido êxito satisfatório, iniciar novo programa ou unidade. Caso ainda tenha defeitos a corrigir, voltará a estudar o assunto, antes de conseguir permissão para prosseguir.

5. Em hipótese alguma deve ser eliminado o contato entre o professor e o aluno, Reduzir o processo de aprendizagem a um ensino por correspondência, por mais tecnicamente perfeito que seja, é empobrecer demasiadamente a experiência do aluno. Igualmente deverá haver trabalhos em grupo, como se verá no capítulo seguinte.

6. A escola deverá ser organizada com salas ambiente, também chamadas salas laboratório, para as diversas disciplinas. Aí haverá uma pequena biblioteca especializada, e tudo quanto se fizer necessário para uso dos alunos em seus estudos. Aí, igualmente, estarão os professores, sempre à disposição dos seus alunos para orientação e controle. Deverá ainda ser possível aos professores reunir grupos de alunos com dificuldades semelhantes, para aulas de orientação, bem como reunir em turmas os alunos que começam idêntico trabalho, para igual fim. Cada sala ambiente terá fichas para o controle de cada aluno, e de todas as turmas. Seu preenchimento deve ser imediato e cuidadoso, para que a secretaria do estabelecimento possa ter em dia os resultados dos alunos e a escola não vire uma Babel.

7. Acostumados a medir o trabalho do professor em horas-aula, vamo-nos sentir um tanto desorientados neste sistema de trabalho. Certamente há que se considerar o número de alunos por professor, e não o de aulas. Propomos, para iniciar a discussão, o seguinte limite para algumas disciplinas: Português - 150 alunos, Matemática- 200 alunos, Ciências- 200 alunos, História- 300 alunos, Geografia- 300 alunos, Línguas- 150 alunos. Tal critério de número de alunos e não de

aulas, impõem-se também para nossas aulas comuns, se de sejamos obter resultados verdadeiramente educativos.

## Capítulo VI

### O trabalho em grupos

1. As técnicas individualizantes, de per si, não esgotam a riqueza da experiência de aprender. O trabalho em grupos se impõe por vários motivos. Antes de mais nada, consolida, coordena e amplia a experiência social do educando. Este já viveu nos grupos de ordem familiar e possui a experiência dos grupos infantis, com colegas. O trabalho em grupo da escola tende a ir tendendo a ir esclarecendo o aluno sobre a natureza e os objetivos da vida em grupo. Ao mesmo tempo, constitui um treinamento metódico e eficaz para a vida social, uma vez que coordena, amplia e dá significado às suas experiências de vida em grupo.

2. A vida em grupo permite o desenvolvimento das virtudes sociais. Altruísmo, aceitação, cooperação, compreensão, são atitudes que só trabalhando em grupos se pode desenvolver. Do mesmo modo pratica-se a lealdade ao grupo, a consciência do dever e a operosidade. No sistema atual, facilmente ocorre de um aluno copiar o trabalho do outro, sem se esforçar para contribuir com algo de seu. No trabalho em grupos bem conduzido, tal não sucede, uma vez que todos devem, de alguma maneira, contribuir para o bem do grupo.

3. Uma outra consideração nos leva a compreender a importância do trabalho em grupo. Vidal de La Blache nos faz notar que as civilizações onde havia um sistema contínuo de comunicação e de troca de ideias muito progrediram, enquanto aquelas que se isolaram, estagnaram e não foram para a frente. O trabalho em grupo facilita e enriquece a aprendizagem do aluno, que tem possibilidade de trocar ideias com os colegas, com eles discutir, e assim melhorar quanto aprendeu.

4. Assume grande importância no trabalho em grupos a fase de constituição dos mesmos. Ou deixamos os grupos se constituírem espontaneamente, ou apresentamos pronta sua constituição. Esta última praxe pode ser válida para as experiências iniciais do sistema. Porém, na medida em que os alunos se tornam capazes de trabalhar, impõem-se que também a constituição dos grupos parta da iniciativa deles. O mestre, porém, deve reservar-se sempre o direito de intervir, quando for exigência do trabalho ou da disciplina, o mudar o aluno de grupo. Muito ajudará também, nessa fase inicial, a aplicação de um sociograma, que evidencie os polos de liderança dentro da turma, quer para o trabalho, quer para a diversão. Constituídos os grupos, cada grupo elegerá um coordenador e um secretário.

5. Seria útil, que em fase ulterior à primeira, os grupos debatessem os objetivos a serem alcançados pelo próprio trabalho. O mestre apresentaria uma lista dos objetivos que serviriam para dar início à discussão. Os grupos, de acordo com o mestre, poderiam modifica-los, escolhendo objetivos mais apropriados a seus componentes. A discussão, bem conduzida, levará os alunos a compreenderem melhor o que se deseja alcançar, e a se motivarem mais para o trabalho.

6. Passa-se, então, à pesquisa sobre o assunto que vai ser estudado, ou à atividade que vai ser exercida. Neste período requer-se que uma certa quantidade de livros, jornais, revistas e outro material, que sirva como fonte de consulta, esteja à disposição dos alunos. Igualmente estará à sua disposição o material de que necessitarão para as atividades várias. O material poderá pertencer à

sala ambiente, ou à biblioteca, ou a outro departamento do estabelecimento. Caso o material a ser consultado, ou as pessoas a serem entrevistadas, estejam fora do estabelecimento, é melhor, no atual estágio da organização escolar, que a consulta seja feita fora do horário escolar.

7. Dentro do grupo, a tarefa recebida do mestre é dividida pelos membros do grupo. Em tal divisão deve-se ter em conta as diferentes capacidades, aptidões e inclinações dos membros, uma vez que a individualização é feita ao nível do grupo, e não da classe. É também útil que todos os grupos tenham recebido a mesma tarefa. Isso permitirá a análise do assunto por todos os grupos, com maior aproveitamento do trabalho. A praxe de se distribuir tarefas diferentes pelos diversos grupos pode valer em algumas ocasiões especiais, como a preparação para uma exposição, de um debate a ser feito publicamente na escolar, em cursos monográficos, etc.

8. Terminado o período de pesquisa, o grupo reúne os próprios resultados e os discute sob a chefia do coordenador. Os resultados são organizados em um esquema fundamental que dá sentido ao material acumulado. Mais que o volume de informações, importa sua qualidade bem como o pensamento central que dirigirá o andamento de toda a unidade. Esta fase é de grande utilidade. Mo dizer de Morriison, a escola deve desenvolver no aluno a capacidade de estudar. O momento da organização do material é o mais oportuno para que entrem em ação as habilidades adquiridas com o estudo dirigido: capacidade de leitura, de compreensão, de redação clara e fiel do próprio pensamento. O papel do mestre nesta fase é de guiar o estudo de seus alunos. A elaboração intelectual do material deve ser dos alunos que estudam, sempre sob a guia do mestre. Trabalhando em grupos, os alunos redigem conjuntamente seu relatório, dando cada um sua contribuição. O trabalho de escrever cabe ao secretário. Quando os dados devem ser relacionados, o mestre tenha cuidado para que os alunos o façam. Com o tempo, os alunos vão adquirindo o hábito de fazê-lo, e o cuidado do mestre já se torna menos necessário. No final deste período, o mestre poderia aplicar um teste de controle, para verificar quais os pontos que os alunos assimilaram menos.

9. Passamos agora à discussão em plenário, a qual consta de duas etapas: nas primeiras os coordenadores ou os secretários apresentam os resultados dos próprios grupos. Na segunda, há a discussão geral do assunto por toda a classe. A discussão é presidida pelo mestre, que se faz ajudar por dois secretários. Aos poucos, convém que o professor treine algum aluno para dirigir a discussão. Quando o assunto consta de vários tópicos, convém que se proceda ponto por ponto, apresentando todos os grupos seus resultados sobre aquele tópico, e passando-se imediatamente à discussão sobre o mesmo. À medida que se procede à discussão, o secretario vai anotando os resultados na lousa, a fim de facilitar à classe o acompanhamento da discussão e a boa marcha dos trabalhos.

10. Lembremos ainda alguns pontos sobre as discussões: a. o mestre divida o tempo disponível pelos vários itens a serem discutidos. Assim haverá a possibilidade de tratar de todos; b. acostume seus alunos a não se suceder em intervenções que dizem sempre a mesma coisa, sem melhorar em nada a contribuição do aluno anterior. Quem fala deve trazer algo que enriqueça a classe; c. evite os apartes colaterais, as discussões paralelas, os grupinhos que ficam a conversar sem acompanhar o debate, as digressões sem finalidade, o tratar de assuntos de forma emocional; d. procure impedir que alguns poucos alunos monopolizem o uso da palavra. Encoraje outros alunos a participar, aceitando de boa mente qualquer contribuição, por menor que seja. Assim, aos poucos, se cria um ambiente de participação dentro da classe; e. aproveita as diversas oportunidades para inculcar

aquelas noções que deseja fiquem bem fixadas na mente dos alunos, e aquelas qualidades que devem adquirir para sua educação; f. terminada a discussão, os secretários devem organizar um texto final, a ser distribuído à classe, com as contribuições de todos os grupos, e do plenário. Tal texto, muitas vezes, é bem mais completo e melhor que os textos de aula em uso nos colégios.

11. A avaliação da unidade será feita, antes de mais nada, por um teste de verificação do aproveitamento obtido pelos alunos. Há, porém, outra espécie de avaliação, talvez até mais importante que essa. Os alunos devem saber ver em que modo e em que medida o estudo do tema ou a atividade exercida lhes foi útil para a vida; que proveito dela tiraram para sua formação pessoal. Devem ainda indicar as falhas que deverão ser corrigidas no decorrer de um novo trabalho.

12. Muitas são as técnicas de trabalho em grupos, que se usam em nossas escolas. Aqui apresentamos apenas uma, que tem dado resultados apreciáveis, que a fizeram digna de nossa atenção.

## Capítulo VII

### Motivação: noções gerais

Após termos abordado nos capítulos anteriores a linha metodológica geral da escola promocional, passamos agora a tratar de um argumento que é básico em tal escola.

1. Diante das reformas introduzidas no ensino, especialmente diante da obrigação de promover a quase totalidade dos alunos, muita gente se perguntou: E agora? Como os alunos vão estudar se desapareceu o perigo da reprovação? E não foram só os professores a pensarem assim. Esperando o ônibus numa agência numa pequena cidade do interior, pude ouvir uma menina da primeira série ginásial, que dizia à colega: que bom, não preciso mais estudar francês! Não gosto da matéria e além do mais o governo mandou passar todos os alunos. Um terceiro fato apresenta-nos situação diversa. Um professor do seminário dizia aos alunos, ao iniciar as aulas de História e Filosofia: não vou obrigar ninguém a estudar minha matéria; mas o certo é que vocês vão estudar muito! Os alunos riram-se gostosamente. E um mês depois estavam a revirar a biblioteca da do seminário para poderem responder a si mesmos as inúmeras interrogações que aquele professor lhes despertara na alma. Toda a dinâmica da escola promocional está nisso: motivar os alunos.

2. Motivação é um estado de ânimo, resultante de um interesse. Interesse, na definição etimológica dada por Cícero, é “estar por dentro” de uma situação ou processo. O contrário do interesse é “estar de fora”, expressão da gíria que bem exprime o estado de quem está desinteressado. Diríamos, pois, que conseguir o interesse de alguém é conseguir que participe ativamente da situação ou ação.

3. Sendo a escola promocional uma escola de vida, a grande fonte de interesse que vai oferecer a seus alunos é justamente esta: a escola será um ambiente onde sua vida se vai desenvolver de uma maneira tal que dificilmente o conseguiria sem a escola. A tarefa inicial é conseguir que os alunos compreendam tal coisa. O aluno deve convencer-se, logo de início, que a escola quer seu bem; única e exclusivamente o seu bem, e nada mais. E ele haverá de convencer-se disso, se perceber que a escola gosta dele e das coisas de que ele gosta.

4. Diante disto, tornar-se evidente a importância que assumem o ato da matrícula do aluno e os primeiros dias de sua estadia na escola. Em determinado colégio, com quase dois mil alunos, os membros da diretoria se revezaram para conversar com os alunos e suas famílias, durante todo o

período das matrículas. De tal forma, o aluno, ao entrar na escola, não foi um número apenas. Foi alguém, que conhecia alguém dentro da escola e por ele era conhecido. Sem falar da importância atribuída à pessoa do aluno com tal ato. Em outro colégio, um grupo especial de alunos estava encarregado da recepção dos novos. E desempenhavam sua tarefa com dupla vantagem: a. dificilmente um aluno novo era enredado por companheiros maus, ou de intenções duvidosas e b. o aluno novo, sentindo-se em um círculo de amigos que o ajudavam em sua adaptação, e na solução de seus problemas, tomava gosto pela escola em que entrava, e dificilmente passava a ser um aluno problema.

5. Importante também é a escola gostar do que o aluno gosta. Será ela um ambiente alegre, onde haja a possibilidade de esporte, música e outras atividades, tão ao gosto de nossa juventude. Haverá um currículo obrigatório, é claro. Vivemos em um mundo onde nem tudo é auto-motivado. E uma escola que não preparasse os alunos para enfrentar as obrigações impostas pela vida de amanhã, teria traído sua responsabilidade educativa. Mas os alunos também terão a possibilidade de escolher e desenvolver disciplinas e atividades dos eu gosto, como já falamos.

6. Após essa motivação de ordem geral, passemos ao estudo da motivação das atividades escolares em particular: a. Há alunos que praticamente não necessitam de serem motivados. Seu caráter, reforçado pela educação recebida, faz com que sejam auto-motivados, conscienciosos, sempre dispostos a fazer o que deve ser feito naquela hora. Não são muitos. Naturalmente dirigimos a eles nossa atenção, encontrando boa correspondência e deles obtemos grandes progressos; b. há alunos que vivem normalmente. Necessitam de motivação inicial e de um incentivo de vez em quando. São a maioria. Entre eles, muitas vezes, se encontram indivíduos de grande valor, que convenientemente estimulados, passarão a produzir frutos realmente bons, no campo da sua formação e c. há, finalmente, m pequeno grupo de alunos difíceis, na proporção de um sobre quinze, os quais necessitam de cuidados especiais, uma vez que seu estado habitual é de não motivação para as atividades escolares. Necessitam de grande compreensão e carinho. O professor faça-se seu amigo. Deixe-os falar muito, mas ele fale pouco, estando sempre atento a retificar alguma ideia ou maneira de ver que não seja aceitável. Isso sem fazer sermões, e quase de passagem. Seja pronto em corrigir amigavelmente as faltas cometidas, e igualmente pronto em corrigir amigavelmente as faltas cometidas, e igualmente pronto em esquecer os aborrecimentos e contrariedades unicamente com o amor.

7. Passemos à motivação. Esta será positiva ou negativa, intrínseca ou extrínseca. Positiva é a motivação que se obtém tendo em conta os resultados que hão de alcançar com aquela atividade, ou aula. Exemplo: o aluno estuda porque gosta da matéria, ou porque a matéria lhe será indispensável na carreira que pretende seguir, ou porque está obtendo boas notas, e que manter o nível de seus rendimentos escolares. Negativa: é a motivação que tem por base o desejo de fugir dos resultados desagradáveis a que levaria o não cumprimento daquela atividade escolar ou aula. Tal como o caso do aluno que estuda para não ser reprovado, ou para recuperar-se da nota má que tirou, ou para evitar o desgosto de seus pais, ou ainda, para evitar o descompasso que surge quando se deve acompanhar uma aula que não se entende por falta de base.

8. Intrínseca, ou direta, é a motivação que surge da mesma atividade escolar ou matéria. Assim, o fato de gostar de participar de atividades teatrais, ou de um conjunto musical, ou de estudar História, ou de resolver problemas de matemática. É a melhor espécie de motivação, e a ela

devemos desejar chegar todos. Morisson crê que toda disciplina de estudo tem em si um potencial motivador, que será suficiente para atrair o aluno, desde que se dê tempo e condições para que tal potencial seja atingido pelo aluno ou a ele se manifeste. Extrínseca ou indireta, é a motivação que surge de fatores extrínsecos à natureza da disciplina estudada ou da atividade exercida. De tal modo, é indireta a motivação que surge pelo fato de se gostar do professor, ou por medo de reprovação, ou por temor a castigo, ou para ganhar um prêmio.

9. A motivação positiva é mais eficiente que a negativa, e a direta é superior à indireta. Constatamos, no entanto e infelizmente, que a motivação negativa e indireta é a mais utilizada dentro de nosso sistema escolar. Isto explica a desorientação de professores e alunos a que nos referimos no início do capítulo. Explica também muita resistência que se vem fazendo à introdução de uma escola verdadeiramente promocional entre nós.

#### 10. Fontes da motivação

Além de quanto já expusemos no início do capítulo, temos que fazer um ligeiro aceno a outras formas de motivação. São as principais: a. necessidades do educando, de natureza biológica, psicológica ou social; b. curiosidade natural do ser humano; c. ludicidade; d. vida social, acontecimentos da atualidade; e. ambiente escolar e material adequado; f. personalidade do professor.

11. A necessidade é grande fator de interesse e de motivação. Com efeito, ela representa a tomada de consciência de uma tendência de ajustamento da própria conduta a situações presentes, que busca conservar-se adaptando-se ao ambiente. Orientando as atividades escolares no sentido das necessidades dos alunos, revelam-se facilmente os problemas do esforço e da disciplina. O aluno há de esforçar-se por conseguir quanto deseje com aquela atividade escolar. Seu trabalho será ordenado, base fundamental para a disciplina.

12. Nem sempre e nem tudo estará, assim, relacionado com as necessidades vitais e profundas do homem. No entanto, ele estará interessado nas coisas, desde que despertem sua curiosidade. Especialmente as crianças, aprenderão sem maiores dificuldades as atividades escolares que forem transformadas em atividades lúdicas. Veja-se a este respeito a obra admirável realizada por André Manjón y Manjón em suas escolas ao ar livre, as Escolas da Ave-Maria, mas quais a aprendizagem da criança é feita em ambiente de jogo infantil.

13. Aprender coisas relacionadas com o que sucede em nossos dias, desperta atenção e boa vontade. O mesmo se diga quando o ambiente escolar é convidativo e o material escolar é bem apresentado. Uma escola bem ordenada, onde tudo sucede a tempo e a modo, onde os ambientes são limpos, embora pobres, e onde o material escolar é bem conservado e se apresenta bem, convida o aluno a ser limpo, a trabalhar e a progredir.

14. Nada, porém, iguala a personalidade do professor no que diz respeito à motivação. O aluno que aceita seu professor, aceita tudo o que ele faz. Se o professor é simpático, a matéria também se torna simpática. Se é antipático, ou ranzinza ou rabugento, a matéria e as atividades que exerce, vêm a padecer dos mesmos defeitos. O que não significa que o professor deva capitalizar em proveito próprio a simpatia dos alunos. Antes, deva procurar transferi-la para o estudo e para a escola, lembrando que um dia, quando aqueles educandos não forem mais seus alunos, eles necessitarão ainda de amar o estudo, que lhes será alavanca sempre válida para desenvolver suas vidas.

## Capítulo VIII

### Algumas técnicas de motivação

Além de quanto exposto no capítulo anterior, apresentaremos aqui algumas técnicas de motivação, que mais frequentemente encontramos nos autores de didática.

1. Relacionamento com a experiência do aluno. Já Herbart nos falava deste tipo de motivação. Trata-se de relacionar quanto se está estudando com a realidade que o aluno vive: quer enquanto fatos naturais ou sociais que estão acontecendo, quer enquanto sentimentos, conhecimentos, necessidades, vivencia pessoal, em suma, do educando. Tal motivação tem a força de tornar o ensino algo de concreto e de vivo, o que faz o aluno senti-lo como algo seu, como alguma coisa que lhe toca de perto, e à qual não se pode furtar. O interesse vem do fato de o aluno sentir-se “por dentro” de quanto é ensinado, não lhe sendo possível alienar-se.

2. Participação do aluno no processo de ensino. O aluno poderá participar de muitas maneiras do processo de ensino. Se a lição é expositiva, participará da mesma enquanto interroga e é interrogado, e enquanto apresenta sugestões e contribuições para o bom andamento da aula. Em outros tipos de ensino, participa pelo trabalho em grupos, através das pesquisas de material para a aula, de exposições feitas em aula e nos debates. Importante é a participação do aluno na avaliação de seus resultados e no planejamento. A este respeito, Lourenço Filho relata importante experiência em Arquivos do Instituto de Educação, no Rio de Janeiro, 1932-1937. Constituídos três grupos homogêneos e paralelos, em cada um se adotou maneira diferente de proceder quanto à avaliação. No primeiro grupo, os resultados do exercício quotidiano não eram comunicados. No segundo grupo, o professor avaliava os resultados e os comunicava à classe. No terceiro, eram os alunos que corrigiam e avaliavam o próprio trabalho. Como conclusão, verificou-se que o segundo grupo teve resultados melhores do que o primeiro. Porém, o terceiro superou constantemente o segundo. Experiência semelhante fora feita por Book e Norwell, em que a auto-emulação e o desejo de superar-se a si mesmo foram fatores principais de motivação. Deveríamos chegar aos poucos também à participação dos alunos no planejamento do ensino, pelo menos na forma de indicação de temas e assuntos que desejariam fossem mais bem tratados.

3. O êxito inicial será habilmente empregado, de acordo com o tipo de classe que se leciona. Classes desanimadas e pessimistas em relação à matéria, requerem êxito inicial feliz. Entusiasmados com esse êxito inicial os alunos se anima a estudar a matéria, e vão em frente. O mesmo se diga das classes auto-motivadas. Classes presunçosas e agressivas, requerem um êxito inicial infeliz, a fim de que precavenham e adotem atitude mais adequada à sua condição de alunos. No atual sistema de promoção dos alunos, os mestres devem manter relativamente baixas as médias, do primeiro semestre, a fim de que os alunos se sintam obrigados a estudar no segundo semestre, para se recuperarem. Tal sistema, que se tem mostrado eficiente, torna-se prejudicial quando o aluno vem a ser reprovado no final do ano, após um segundo semestre bom ou plenamente satisfatório, devido aos resultados do primeiro semestre. O professor veja e pondere o que fazer.

4. Elogios e censuras podem funcionar como processos motivadores, se usados com prudência e oportunidade. Os tratadistas de Pedagogia, em geral, não são favoráveis aos elogios sistemáticos. Um aluno fraco ou médio que obtém êxito real merece um elogio. Este o reanima e lhe dá forças

para novos esforços. Quanto aos alunos fortes, os elogios são de pouco efeito. Contudo, estimam ver reconhecidos os êxitos dos seus esforços. Pedagogicamente, no entanto, devemos estar atentos a não estragarmos nossos alunos com elogios baratos, fazendo deles pessoas dengosas ou falsas. É muito melhor formá-los a reconhecerem o veredito da própria consciência, que os elogiará ou censurará diante de Deus. Quanto às censuras, o aluno deve compreender o porque está sendo censurado. Feitas em particular, sem desprezar a personalidade do aluno, e deixando claro que se busca unicamente o bem do aluno, as censuras produzem efeito. Somente faltas públicas e que são de escândalo à classe, merecem censura pública. O professor não censure com raiva, e nunca deixe que ressentimentos se acumulem no ânimo do aluno.

5. O método de ensino é também grande fonte de motivação. Classes insubordinadas, dispostas a tudo, menos a estudar, rendem-se diante de aulas bem preparadas, bem conduzidas, atraentes, em que tudo é bem explicado e se nota que o professor tem real interesse pela matéria e pelos alunos. O trabalho em grupos, as pesquisas individuais, são outras tantas técnicas que aumentam a motivação e levam os alunos a aprender. A atividade de muitos alunos necessita de evasão durante as aulas, e quando o método empregado permite tal evasão, as aulas e a matéria são muito bem aceitos por esses alunos. O emprego de jogos tem grande aplicação no curso primário e no ginásio.

6. O material didático é um dos meios mais comumente empregados para motivar a aula. Torna o ensino menos abstrato e apresenta outros incentivos à aprendizagem. Os livros de texto sejam bem impressos, ilustrados, com exercícios bem ordenados. Haja slides, diafilmes, realia, murais e cartazes, e tantos outros recursos de que o professor pode dispor. O emprego do retroprojetor facilita enormemente a motivação, superando, em muitos casos, o emprego do mesmo quadro-negro. Muito útil é levar os alunos a participar da elaboração do material didático. Além do interesse despertado pela ação de fazer o material, grande é o aproveitamento que surge da busca, seleção e apresentação do material. Lembremo-nos, porém, que a motivação não se deve reduzir ao material didático.

7. Colóquio com o aluno. Em casos particulares, o aluno necessita ser estimulado mediante entrevista com o professor ou o orientador educacional. O aluno que sente que é acompanhado pelos seus superiores, geralmente melhora sua conduta, estuda com mais afinco, e progride com mais rapidez. Sem dizer que, nesses colóquios, é possível conhecer melhor a situação do aluno, e vir a descobrir causas de sua não motivação, que fugiriam a uma observação em situações comuns. A relação pessoal mais direta, que então se estabelece, faz com que também o professor passe a se interessar mais por esse caso em particular, com os efeitos benéficos que de aí advêm.

8. Muitos expedientes poderíamos elencar ainda neste capítulo. O leitor poderá busca-los em outros livros. Não nos esqueçamos, porém, de que são apenas técnicas. Seu uso automático não é de per si suficiente. A personalidade do professor, através de sua maneira de ser, do seu entusiasmo, compreensibilidade, será quem realmente há de por em prática e tornar efetivas as técnicas de motivação.

## Capítulo IX

### Formação dos jovens à responsabilidade

Várias são as soluções apontadas para o problema da disciplina na escola. O presente capítulo tenta uma solução da questão através da formação para a responsabilidade.

1. Disciplina é antes de tudo ordem. Ela não é um fim. É a ordenação de meios para se conseguir um fim. Além dos padrões ideais de conduta, as normas disciplinares devem levar em consideração as condições concretas em que vivemos. Antes, pois, de pensar em um sistema disciplinar, consideremos a juventude de nosso tempo.

2. A juventude atual é tomada de uma ânsia de contestar. Contesta, muitas vezes, sem saber o que e o porque contestam, mas é inegável que a contestação constitui uma característica sua. A primeira fonte de contestação é a marginalização em que vive a juventude. O tipo de educação que cada vez mais vem sendo dado em nossos dias, leva ao desenvolvimento do espírito crítico. A juventude, acostumada a examinar e a criticar problemas e soluções, sente grandemente a situação social que a afasta da participação na solução de problemas que a afligem. A luta começa em casa. Para os pais, o jovem, e principalmente a menina, não cresceram. Seguindo seu instinto de proteção, tremem os pais a simples ideia de que algo possa acontecer aos filhos. Estes, por sua vez, ao se verem cercados de tantos cuidados, revoltam-se sob a alegação de que não são mais crianças. E em muitos lares encontramos então “guerrinhas de libertação”, em que pais e filhos se degladiam constantemente. O pior não é a situação tensa que se cria nas famílias. O mais lamentável é que os jovens ficam sem orientação nas coisas de mais vital interesse para sua vida. Reconhecemos que as coisas se passam bem diversamente em muitos lares. Os pais acreditam que os filhos estão crescendo. Diversificam a maneira de tratá-los, de acordo com a idade. Fazem compreender a cada idade a responsabilidade de que é capaz. Dialogam com os filhos. Obtém sua confiança, de forma que um filho conversa com os pais a respeito de tudo quanto se passa em sua vida. E as soluções vão surgindo dessa conversa, e enriquecendo-se de contribuições de uns e de outros, num clima mútuo de amor e respeito.

3. Na sociedade, a posição do jovem atual é igual. O dilatar-se do tempo médio de vida faz com que os homens de meia idade e os de idade já avançada ocupem as posições-chaves de um país. O aumento do prazo para a obrigação escolar vai aumentando rapidamente a população em idade escolar, que frequenta as escolas sem trabalhar e que vai sentindo o vazio de suas vidas, uma vez que nada de concreto e imediato tem a fazer. Por outro lado, tem consciência de sua capacidade de jovens e de fracasso da geração adulta. Sentem que esta lhes negou um mundo de ódio, de guerra, de fome, de injustiça social gritante, de violência e de exploração. Sentem também que suas energias a cultura que vão adquirindo, o idealismo de que são tomados, lhes permitiriam fazer alguma coisa para mudar esta sociedade.

4. Tudo isto se choca gritantemente com o fato de estar o acesso para novas soluções bloqueado pelas gerações adultas, que não podem mudar tão depressa como seria o necessário. E o resultado é essa inconformidade constante, expressa em passeatas, em maneiras de ser e de viver a nós exóticas, mas que para eles são as suas formas de ser e de viver. A sociedade do bem estar, alienante do homem, a injustiça social, a guerra, o ódio, imperialismo e tantas outras características deste século XX são rejeitadas frontalmente. Com tudo isto, infelizmente, também muita coisa de belo e de bom existente na tradição do amor, da família, na convivência social. É a contestação juvenil.

5. Nem a escola foge desse quadro geral. Instituição eminentemente conservadora, ela se torna sempre menos adaptada a essa juventude, negando-lhe as formas de ser e viver, esquecendo-se de que o primeiro passo para mudar alguém é aceitá-lo como ele é. A urgência de mudar não se restringe aos programas. Estende-se antes de tudo a muitos outros aspectos, que não são estudo,

mas vida. Recusamos à juventude a opção por disciplinas de seu agrado. Recusamos também a possibilidade de ser responsável por seus atos, e pela ordem que deve reinar na escola. Tal ordem foi estabelecida por nós e por nossos antepassados, sem tentarmos ao fato de servir ou não para nossos filhos. E como podemos pensar nisso se eles não são ouvidos?

6. O jovem de hoje gosta de viver em comum. Sua personalidade é existencialmente uma personalidade em grupo. A personalidade ideal, para ele, não mais a do homem de caráter fiel às próprias convicções individuais, mesmo quando deve lutar contra tudo e contra todos. Personalidade, para o jovem, é capacidade de relacionamento pessoal, é possibilidade de viver dentro do grupo e de tomar suas decisões em grupo. O varão impávido dos antigos, lhe parecerá um misantropo, um egocêntrico, um esquizoide em suma, nunca um modelo a ser imitado.

7. A mesma afirmação de si se mede na aceitação do grupo. O que os outros podem pensar disto ou daquilo tem importância vital para a coerência psicológica da personalidade. O homem atual poderia ser classificado como o homem-radar, sempre na escuta, a ver para onde orientam as ondas que regem a opinião pública, e, em consequência, o comportamento de cada um. Diante de tal constatação, compreendemos que responsabilidades novas surgem para as exigências de educação, uma vez que não podemos ignorar quanto acima exposto, nem podemos com isso concordar, sob pena de concorrer para destruir a liberdade da face do globo.

8. Quer o jovem ainda estar nos diversos lugares como se estivesse em casa. Onde é possível tal fato, aí o jovem vai de boa vontade. Esse ambiente é para ele. Onde não é possível, o jovem procura afastar-se. E a escola não faz exceção à regra. Por esse motivo, obrigado a frequentar ambiente tão antipático, o jovem se sente desajustado, surgindo de aí tudo o mais. De outra parte, intimamente em oposição consigo mesmo, o jovem acaba detestando a escola onde não há ordem, e onde pode fazer tudo o que lhe passa pela cabeça. Sente que aí não procuram seu bem, e que aquilo não vai fazer sua felicidade.

9. Tal contradição a sentem também os educadores. É a contradição entre a essência imutável das coisas e sua existência, sempre em evolução. Entre os fins primários da educação, sempre imutáveis, e os objetivos e as formas de que se revestem, sempre carentes de adaptação. Entre a liberdade, autodeterminação, e o condicionamento histórico-social que a transforma em responsabilidade. Quantos autores de pedagogia, ante a dificuldade de sair desta situação, recorreram à personalidade e ao bom senso do mestre como único critério para solucionar o conflito. Tentemos auxiliar o bom senso dos educadores com algumas considerações a mais.

10. A disciplina se baseia fundamentalmente no conhecimento e no amor. É fundamental que o educando tenha compreensão clara do que deve ser conseguido. Deve também saber a forma com que se conseguirá os objetivos em vista. Por outro lado, sem amor nada se conseguirá. O jovem deve desejar melhorar, querer progredir, amar sua formação. A mera atividade externa e o mero exercício não o levarão a se aperfeiçoar. É essencial que tudo seja baseado no amor.

11. Sendo os objetivos da educação de natureza um tanto abstrata, o jovem vai captá-los melhor através da pessoa do mestre, e de seus colegas. Isso explica por que o trabalho em grupos é uma forma tão atual de educação. Mostra-nos porque ele é tão bem aceito pelos educandos e porque o problema disciplinar quase inexistente quando se aplica tal técnica. Urge, pois, que nossas escolas reformulem sua organização e maneira de agir, no sentido de introduzir o trabalho em grupos. Urge

também que deem responsabilidades aos alunos, através de sua participação no processo de sua própria educação.

12. Entre os obstáculos que se opõem a essa reformulação está a tradição existente entre educadores e educandos. Seja-me lícito dizer: entre estes, não é raro encontrar a mentalidade de um estado de coisas em que a anarquia é o padrão de conduta. Talvez em reação, os mestres se colocam contra os educandos, mesmo contra os que querem fazer algo positivo. Tal situação não oferece senão uma alternativa: recusar-se terminantemente a aceitar tal estado de coisas como a base para a disciplina escolar. Nem anarquia, nem estar contra os alunos. Amar os alunos, e tornar claro que eles são amados, em todas as disposições que se tomam. E que fique bem claro aos alunos que não se admite absolutamente a escalada de anarquia e punições que se estabeleceu em tantos estabelecimentos de ensino. Anime-nos um exemplo, acontecido em um colégio de São Paulo ainda há pouco tempo: diante da classe que recebeu o professor novo com tumulto, antegozando sua reação de ira e as punições que iria aplicar, o professor reagiu sim, mas para declarar que aquela situação não mais existiria dentro da sala, pois tudo era feito em outra ordem de coisas. Após duas aulas da “nova ordem”, a classe já não oferecia problemas extraordinários.

13. Educar é potenciar liberdade ao educando. Se o aluno vem sendo educado, à medida que cresce em educação deve crescer em responsabilidade. Sendo responsável, deve ser livre de decidir sobre suas coisas, de maneira responsável sempre. É justamente isto que o atual sistema educacional não propicia, uma vez que afasta a participação do aluno das várias fases do processo educativo, e tudo vem pronto de cima. Com exceção de raras Faculdades, como a de Lorena, onde ainda antes da Lei de Diretrizes e Bases os alunos já tinham participação nos órgãos coletivos da escola, no ensino superior a participação dos alunos teve que abrir sua marcha a poder de greves, e coisas piores. Seremos nós, os educadores das escolas de grau médio, suficientemente hábeis e esclarecidos para fazer no ensino médio que os acontecimentos sigam outro esquema?

## Capítulo X

### Avaliação do trabalho escolar

Exporemos aqui, com maior vagar, ideias já apresentadas em outras partes deste trabalho.

1. De pouco adiantaria o trabalho todo da escola, se não tivesse como coroação de seus esforços a formação da consciência do aluno. Entendemos aqui por consciência o juízo de valor sobre a própria conduta, sobre os resultados do próprio agir, sobre os objetivos que se têm vista conseguir. Aplicaríamos aqui aquela bela comparação de Confúcio. Se dermos a um homem uma rede cheia de peixes, nada teremos feito por ele. Mas se lhe dermos a rede vazia, e o ensinarmos a pescar, haveremos dado tudo a ele. A rede cheia de peixes, embora um presente valioso, é efêmera; mais cedo ou mais tarde termina e deixa o homem faminto e sem recursos, como antes. A arte de pescar sempre manterá a rede cheia, sustentando o homem. O mesmo se diria da escola que não formasse a consciência do aluno. Embora desse a este uma imensalidade de conteúdos e técnicas, nunca o aluno teria a sabedoria necessária para conduzir sua vida após ter saído da escola. A escola que forma a consciência do aluno, esta sim dá a ele a chave da vida, que o fará sempre capaz de orientar-se bem em todas as circunstâncias. Infelizmente, a escola promocional também nisto deve modificar a situação atual. Os alunos, em geral, têm a sua mentalidade de tal forma deformada, que dificilmente lhes passa pela cabeça a ideia de que são causas dos êxitos bons e maus que têm na

escola. Geralmente conseguem as notas boas com seu esforço, mas...o professor é quem lhes dá as notas más.

2. Após doze anos de estudos, são poucos os alunos que têm um critério aceitável para julgar os resultados escolares. Tal estado de coisas se deve quer à diversidade de critério encontrado nos muitos professores por cujas mãos passaram no decorrer desses anos de estudo, quer pelo fato de nunca terem sido levados a avaliar o próprio trabalho. As questões que se nos apresentam ao tratar da avaliação serão, pois, os seguintes: a. participação do aluno no trabalho de avaliação, com o fito de formar a própria consciência; b. determinação de critérios de avaliação, em base aos quais vai ser formada a consciência do aluno; c. instrumentos de avaliação.

3. Participação do aluno. Especialmente ao falar da motivação, já tivemos ocasião de tocar nesse assunto. A consciência se forma mediante a aquisição dos padrões que vão regular nossa conduta, bem como pelo julgamento constante de nossos atos, para verificar se estão ou não de acordo com aqueles padrões. Desejando tornar nosso aluno capaz de auto-avaliação, devemos fazer antes de mais nada que ele conheça com exatidão quanto vai ser exigido dele. A seguir, se exercite em verificar se os resultados estão ou não em acordo com o que dele se exige. Tal conhecimento e exercício são de grande valia, uma vez que dão ao processo de aprendizagem uma orientação precisa e segura, facilitando grandemente a assimilação de quanto se quer ensinar.

4. É mais fácil criticar o trabalho alheio que o próprio. Alguns professores, então, principiam por fazer com que os alunos corrijam os trabalhos dos colegas. Os primeiros trabalhos a serem empregados são de fácil correção. Os alunos de fileiras paralelas permutarão seus trabalhos para a correção, ou ainda o professor distribuirá os trabalhos pela classe, de modo diverso. São então dadas com clareza as normas segundo as quais os trabalhos serão corrigidos. Se as questões são várias, cada uma é corrigida separadamente, expondo-se a norma pra a correção da questão imediatamente antes de cada uma delas. As dúvidas existentes são expostas em voz alta e em voz alta esclarecidas. Tal maneira de fazer simplifica o trabalho, uma vez que a explicação dada servirá de norma para todos os casos semelhantes.

5. Uma vez que os alunos se tornaram capazes de autocrítica, é possível passar para a correção dos próprios trabalhos. O processo em classe é o mesmo exposto logo acima. Além disso, o professor, no início, terá o cuidado de revisar sempre a correção feita pelos alunos, a fim de corrigir qualquer falha e sanar qualquer irregularidade. Depois, quando tudo começar a correr normalmente, tal revisão será mais espaçada, mas deverá sempre estar presente.

6. Convém que o professor corrija ele mesmo, pessoalmente, as provas bimestrais ou mensais. Sempre caberá a ele a correção dos exames e a emissão do parecer sobre a aprovação dos alunos. Igualmente, terá o professor o cuidado de corrigir pessoalmente os trabalhos daqueles alunos que estão apresentando erros sistemáticos em sua disciplina, a fim de poder levá-los à correção desses erros.

7. Determinação dos critérios de avaliação. Os critérios de avaliação estão intimamente relacionados com os objetivos e os programas estabelecidos. Em vários sistemas de ensino individualizado, os objetivos e programas devem ser atingidos completamente, ou seja, cem por cento das questões estabelecidas para a avaliação devem ser respondidas satisfatoriamente. A avaliação não deve, nesses casos, restringir-se a um único ponto. As questões devem cobrir todas as

partes da matéria que foram julgadas importantes no programa. Bem assim, devem encarar esses pontos sob os vários aspectos possíveis, para que as várias faculdades do aluno sejam avaliadas.

8. Mais difícil o critério para se avaliarem as qualidades estéticas e morais. Reconhecemos que a perfeição não tem limites e que nem sempre se pode desejar algo de melhor. O essencial, portanto, não é atingir um determinado nível, verificar se da parte do aluno existe boa vontade e desejo de progredir sempre, eis o que é capital. No campo estético, podemos recorrer às escalas. Mediante elas é possível estabelecer um padrão além do qual as obras já começam a ficar aceitáveis. É de grande importância que ao aluno tenha modelos, não para imitá-los servilmente, renunciando à própria criatividade, mas para que lhe sirvam de estímulo.

9. No campo moral, a ascese talvez nos possa facilitar o trabalho de estabelecer critérios. Em uma primeira fase, o aluno verificará se está ou não evitando faltas contra determinados pontos de moral. Esta primeira fase estará superada quanto o aluno, normalmente, não incide mais nessas faltas. Vem a seguir a fase, muito útil, de construção. A preocupação do aluno é então fazer atos bons, em acordo com a norma em questão. Tal preocupação deve estar inspirada no amor e no desejo da própria perfeição, e não se reduzir ao cumprimento formal de uma regra. O aluno se libertará desta fase quando passar a viver naturalmente, sem preocupação, por toda sua vida, de acordo com as normas morais, as quais não mais lhe parecem como proibições ou preceitos, mas como um caminho pelo qual realizará, naquele campo, e em forma pessoal, o seu ideal. Vamos insistir, também aqui, na importância que assume, especialmente nos primeiros anos, a apresentação de um modelo. As obras desse modelo servirão à consciência das crianças e dos jovens, como padrão para verificarem seu progresso no belo e na virtude. E que modelo mais acabado poderemos apresentar-lhes que o mesmo Cristo?

10. Mas com isto já entramos na análise dos instrumentos de avaliação. Vindo ao plano intelectual, temos que avaliar não só a aquisição de conteúdos, como também a criatividade do aluno. A aquisição de conteúdo pode ser avaliada através de testes escolares. A criatividade, bem como outros aspectos da personalidade e da atividade do aluno, dificilmente se enquadrarão nos mesmos. É por tal motivo, que hoje se recomendam os tipos mistos de prova, isto é: provas em que ao lado de uma série de questões objetivas relacionadas com todo o programa, encontramos uma parte dissertativa, que permita avaliar o raciocínio, a percepção de relações entre os diversos assuntos, o espírito crítico, as qualidades literárias, a criatividade, enfim. A boa organização dessas provas permite ter padrões normativos de sua correção, o que lhes diminui a subjetividade.

11. A atribuição de conceitos é uma forma de avaliação que vai tendo grande aceitação em nosso meio. É o conceito uma avaliação global e qualitativa, não apenas dos resultados, mas de toda a atividade escolar do aluno. Em seu aspecto global e qualitativo está sua grande vantagem. O aluno não é considerado apenas como uma máquina de produzir resultados, mas como pessoa humana, que tem valor próprio, além, muito além, do valor dos resultados de seu trabalho. No sistema de conceito, podemos levar facilmente em consideração o esforço e a aplicação desse aluno, seu progresso, sua boa vontade, a limpeza de seus cadernos e o asseio de sua pessoa, e tantas outras coisas que são fruto da observação, mas que jamais aparecerão em um teste ou em uma prova escolar. É por isso que o conceito é mais justo que a nota, além de ser de mais fácil aplicação. É também mais simpático. Avaliar alguém em termos de muito bom ou de satisfatório é mais agradável que estar a calcular se a nota foi sete, sete e meio ou oito. Sem dizer que fica bem menos

doído um insuficiente que um redondo zero. No tocante à participação dos alunos, a utilização dos conceitos é porém mais difícil. No entanto, ao que parece, tal dificuldade tem sua compensação: os alunos amadurecem mais rapidamente e mais rapidamente adquirem consciência do próprio valor.

12. Terminamos com uma consideração fundamental: é sempre a personalidade humana e sua promoção que estão sendo avaliadas. O ter sempre em mente essa condição básica de qualquer avaliação, há de fazer que sejamos também nós humanos em nosso agir de mestres.

Recebido em 14 de fevereiro de 2014.

Aprovado em 20 de maio de 2014.

### Fontes bibliográficas

- AEBLI, H. **Didáctica Psicológica**. Florença: Editrice Universitaria, 1993.
- AGUAYO, A.M. **Didáctica da Escola Nova**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- BOSSING, N. L. **Teaching in Secondary School**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1952.
- BUYSE, R. **La experimentación en Pedagogía**. Barcelona: Labor, 1937.
- CASOTTI, E. **Didattica**. Brescia: La Scuola, 1953.
- CLAPARÈDE, E. **A Educação funcional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- COMENIO, J.A. **Didáctica Magna**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.
- CORALLO, G. **La Pedagogia dela libertá**. Turim: S.E.I., 1951.
- \_\_\_\_\_. **Educazione e Libertá**. Turim: S.E.I., 1951.
- COSTA MOURA, P.C. **Máquinas de ensinar, ensino programado e sua aplicação**. Rezende: AMAN, 1964.
- COUSINET, R. **Un nuevo método de trabajo libre por grupos**. Buenos Aires: Losada, 1950.
- DEVAUD, E. **Per una scuola attiva secondo l'Ordine Cristiano**. Brescia: La Scuola, 1955.
- DEWEY, J. **Democracia e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- DOMINGUES DE CASTRO, A. e outros. **Didática da escola média**. São Paulo: Editora Edibell Limitada, 1969.
- FERREIRA, A.S. A Educação das Massas. **Folhas Pedagógicas**, n. 15.
- HERBART, J. F. **Disegno di lezioni di Pedagogia**. Milão: Remo Sandron Editora, s/a.
- HIGHET, G. **A arte de ensinar**. São Paulo: Melhoramentos, s/a.
- LACERDA, V. Cortes de. **Das unidades didáticas à unidade de vida**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1951.
- LEONCIO DA SILVA, C. **Fundamentos de uma Educação Integral**. Petrópolis: Vozes, 1949.
- \_\_\_\_\_. A formação da personalidade. **Folhas Pedagógicas**, n. 13, s/a.
- MANJÓN, A. **Vida del servo de Diós Andrés Manjón y Manjón**. Madrid: Consejo Nacional de Investigaciones Pedagógicas, s/a.
- MARTÍ, Alpera, F. **Manual de didáctica y organizacion escolar**. Buenos Aires: Losada, 1947.
- MATOS, L. Alves de. **Sumário de Didática Geral**. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1959.
- MIRA Y LOPES, E. **Como estudar e como aprender**. São Paulo: Mestre Jou, 1965.
- \_\_\_\_\_. **El niño que no aprende**. Buenos Aires: KAPELUZ, 1947.
- MORRISON, H.C. **La práctica del método en la enseñanza secundaria**. Madrid: Espasa-Calpe, 1930.
- NERICI, I. **Introdução à Didática Geral**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1968.

NISKIER, A. **Administração escolar**. Porto Alegre: Ed. Tabajara, 1969.

ROMANINI, L. **Il movimento pedagógico all'estero**. 2 vol. Brescia: La Scuola, 1953.

TITONE, R. **Metodologia didattica**. Zurig: PAZ Verlag, 1963.

WASHBURNE, C. **A living philosophy of education**. New York: The John Day Company, 1940.

A Política educacional do Estado de São Paulo. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. s/d.